**BÁRBARA ANTONIA RODRIGUES PAJEÚ**

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA):**

**Processo de Alfabetização**

GOIÂNIA

2020.2

**BÁRBARA ANTONIA RODRIGUES PAJEÚ**

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA):**

**Processo de Alfabetização**

Monográfico elaborado para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás.

Professor Orientador: Dr. Antônio Evaldo de Oliveira.

GOIÂNIA

2020.2

**DEDICATÓRIA**

A minha família que apesar de tudo, sempre esteve comigo e me apoiou a realizar o curso.

Ao meu avô que foi por conta dele que resolvi escrever sobre esse tema e quero que ele saiba que foi de muita importância para eu continuar escrevendo.

**AGRADECIMENTOS**

Aos professores e aos meus amigos e colegas do curso de pedagogia da Universidade Católica de Goiás, por terem me ajudado a percorrer esse caminho até aqui.

Ao professor Dr. Antônio Evaldo Oliveira, pela oportunidade e encorajamento a um estudo científico, pelo apoio e incentivo que me foi dedicado, e pelo qual demonstro minha admiração e respeito.

A todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

(Paulo Freire)

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): Processo de Alfabetização**

Bárbara Antonia Rodrigues Pajeú[[1]](#footnote-1)\*

Antonio Evaldo Oliveira[[2]](#footnote-2)\*\*

**RESUMO**: A presente pesquisa, de cunho bibliográfico. destaca sobre o processo da alfabetização de jovens e adultos e faz um breve resgate sobre como a EJA foi implantada aqui no Brasil e qual era o seu objetivo. O trabalho apresenta o programa PROEJA e fala sobre quais são os benefícios em adotar o programa para a educação de jovens e adultos e também mostra quais são os lados positivos e em quais áreas ainda deve ser melhorado, tendo a formação dos profissionais da área como uma grande discussão. Alguns dos autores trabalhados destacam que a alfabetização é um processo contínuo e que durante esse processo de ensino, as questões sociais e culturais desses sujeitos, geralmente de segmentos populares, influenciam muito em como esse aluno irá se desenvolver no decorrer do processo. Outra questão que também é citada no trabalho é o grande preconceito contra os alunos que fazem a EJA, onde muitas pessoas acham que apenas negros ou pobres são seu maior público, mas os alunos da EJA são educados, moram em áreas remotas e têm dificuldade de frequentar a escola.

**Palavras-chave:** Educação de Alfabetização. Alfabetização de Jovens e Adultos. Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil.

**SUMÁRIO**

[INTRODUÇÃO 8](#_Toc58418814)

[CAPITULO 1 - EDUCAÇO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): Revisitando o Processo 12](#_Toc58418815)

[CAPÍTULO 2 - UMA VISÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E O CENARIO ATUAL 23](#_Toc58418816)

[CONSIDERAÇÕES FINAIS 31](#_Toc58418817)

[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 33](#_Toc58418818)

# 

# INTRODUÇÃO

O processo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcado por diversas questões sociais e culturais dos sujeitos que geralmente vêm de um segmento popular e não tiveram condições básicas de educação. Essas questões podem influenciar na forma como o aluno irá de desenvolver no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. Há uma visão grosseira sobre os alunos da EJA e em como eles apreendem as formas de escrita, gerando assim a questão de um fracasso escolar desses sujeitos que não tiveram a oportunidade de aprenderem no tempo certo, resultando assim em uma questão que vai além da escolar.

Apesar de haver alguns programas e escolas hoje em dia que oferecem a EJA para seus alunos, esse deve ser um assunto constantemente abordado, pois também reflete na situação atual do nosso país. De acordo com uma pesquisa da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Educação, o país possui cerca de 11 milhões de pessoas analfabetas, que baseados pelos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não são capazes de ler e escrever nem um simples bilhete. Esse número representa 6,6% da população brasileira, que são maiores de 15 anos e por algum motivo pessoal ou financeiro, não pôde concluir seus estudos, em sua maioria a população negra.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (PROEJA) tem a finalidade de oferecer a educação profissional técnica de nível médio, ao grande contingente de jovens e adultos excluídos de uma educação básica geral, bem como uma profissionalização que lhes possibilite lutar por sua inserção social e econômica no modelo socioeconômico vigente. A intenção do PROEJA é mostrar qual a intenção que o Estado tem em romper a ideia de suplência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que para eles, era apenas uma modalidade para repor a escolaridade que foi perdida e ir em direção a um ensino de qualidade e que o estudante tenha o direito de aprender uma profissão e assim possa ter mais oportunidades de ter uma condição melhor de vida. Geralmente, os alunos que vão para a modalidade de Jovens e Adultos são sujeitos que não tiveram a oportunidade de estudar no tempo certo por conta de que precisaram trabalhar desde cedo para ajudar nas despesas de casa ou que não tiveram essa oportunidade por que algum familiar não deixou, julgando-a como algo não essencial para a convivência em sociedade.

Ferreiro (2007), afirma que a alfabetização é um processo contínuo e que durante esse processo de ensino, as questões sociais e culturais desses sujeitos, geralmente de segmentos populares, influenciam muito em como esse aluno irá se desenvolver no decorrer do processo. Há uma visão grosseira sobre os alunos da EJA e em como eles apreendem as formas de escrita, gerando assim a questão de um fracasso escolar desses sujeitos que não tiveram a oportunidade de aprenderem no tempo certo e isso vai além de uma questão escolar. Diante de todos os desafios percebidos durante a leitura dos textos, se criou algumas inquietações, em decorrência disto, esta pesquisa em forma de um Projeto Monográfico, levante o seguinte questionamento para ser investigado: Quais os desafios são encontrados na Alfabetização de Jovens e Adultos e como se pode propor uma educação de qualidade para os sujeitos deste processo?

Para que ocorra um melhor aprendizado nessa área de estudos, é necessário que o educador não os trate como crianças e que a forma de ensino, seja algo que os motive e os incentive a continuar estudando. Se pensarmos criticamente na questão analfabetismo, vemos que a um pensamento muito grosseiro em relação a essas pessoas não escolarizadas. Partindo dessas considerações esta pesquisa em forma de Projeto Monográfico, levanta os seguintes objetivos para serem alcançados: Historiar o processo da alfabetização de jovens e adultos; Mostrar qual a importância de usar o conhecimento do aluno a favor do próprio aprendizado para sua autonomia; Explicar como o apoio do professor, da família e da escola são importantes para que haja uma aprendizagem significativo do aprendiz; Apresentar perspectiva positivas para a questão do analfabetismo.

Pensando a problemática do analfabetismo numa perspectiva histórica, podemos situá-la em um campo de elaboração de uma grande promessa da modernidade ocidental: a formação de uma humanidade letrada, em que os sujeitos não apenas se apropriariam do acervo da cultura escrita, mas possuíssem também meios de linguagem racional e de valores humanos universais, para que sejam inseridos de maneira correta nos espaços produzidos pela democracia moderna.

A partir do foi exposto e apesentado pelos autores estudados, esta pesquisa, em forma de um projeto, se justifica pela necessidade de me aprofundar na temática, a educação de jovens e adultos e o processo de implantação e evolução da educação desta modalidade, e ainda me apropriar de conceitos e teorias sobre o tema em tela, para que minha pratica pedagógica seja cada vez mais inovadora e fundamentada em princípios teóricos que possam convencer a quem de direito, a importância da atuação profissional nossa nesta temática tão inquietante.

Trata-se de um estudo do tipo bibliográfico descritivo - exploratório. O estudo bibliográfico se baseia em literaturas estruturadas, obtidas de livros e artigos científicos provenientes de bibliotecas convencionais e virtuais. O estudo descritivo - exploratório visa à aproximação e familiaridade com o fenômeno - objeto da pesquisa, descrição de suas características, criação de hipóteses e apontamentos, e estabelecimento de relações entre as variáveis estudadas no fenômeno, (SEVERINO, 2016). Na temática a educação de jovens e adultos, no contexto do cenário educacional do brasil, especificamente na scientific electronic library online - scielo e na biblioteca virtual. Foram utilizados os descritores: educação formal, educação de jovens e adultos, alfabetização.

Sendo assim, esta pesquisa monográfica que deu origem ao meu Trabalho de Conclusão de Curso, foi estruturada em dois capítulos, sendo no Capitulo I, intitulado. EDUCAÇO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): revisitando o processo;destacou sobre o PROEJA, suas características e objetivose abordou também uma questão histórica, onde fica evidenciado que o acesso ou a negação do acesso à educação, estabeleceu divisões sociais na nossa comunidade e que com esse grande aumento e a crescente sofisticação dos meios de produção, aprofundou ainda mais, o abismo entre a classe trabalhadora e a classe burguesa.

Já no Capitulo II, que tem como titulo: UMA VISÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E O CENÁRIO ATUAL pude observar como foi a luta para que a EJA fosse aceita como uma modalidade de ensino, fazendo com que assim, pessoas que realmente tinham vontade de estudar, acabaram tendo essa oportunidade novamente.

A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n° 9.394/1996 e até aquele momento da história da educação brasileira existia apenas a referência da educação de adultos e da educação popular. Paulo Freire concebeu a Educação de Adultos vinculada “à questão da alfabetização numa perspectiva emancipatória, uma vez que compreende a alfabetização para além de uma aprendizagem mecânica da técnica de codificação e decodificação, mas como leitura de mundo”.

Espera-se que com esta pesquisa, possamos chegar à um acordo sobre qual o melhor método ou forma de trabalhar com a educação de jovens e adultos, principalmente no âmbito da alfabetização. O saber do professor e a forma como ele escolherá trabalhar com a turma, ajudará ou atrapalhará esse processo de ensino aprendizagem e para que haja um bom desenvolvimento desses estudantes, é necessário que o educador compreenda como funciona todo o processo e busque assim, a melhor alternativa.

# CAPITULO 1 - EDUCAÇO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): Revisitando o Processo

De acordo com Rêses e Silva (2017), a política pública do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a (PROEJA), a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – se apresenta como uma proposta muito desafiadora para a realidade enfrentada no cotidiano.

Esse Programa tem a finalidade de oferecer a educação profissional técnica de nível médio, ao grande contingente de jovens e adultos excluídos de uma coeducação básica geral, bem como uma profissionalização que lhes possibilite lutar por sua inserção social e econômica no modelo socioeconômico vigente.

O primeiro decreto desse programa foi o de n° 5478/05, no qual o governo federal institui no âmbito dos Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a tarefa de oferecer e manter tal modalidade de ensino, que tem por finalidade principal, promover a formação inicial e continuada de trabalhadores. Após esse decreto ser revogado, o decreto n° 5840/06, reafirma o primeiro decreto, mas cuida de algumas pequenas providências, como por exemplo, ratificando as instituições de ensino participantes e entendendo essa proposta para as instituições públicas de sistemas de ensino estaduais e municipais.

A intenção do PROEJA é mostrar qual a intenção que o Estado tem em romper a ideia de suplência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que para eles, era apenas uma modalidade para repor a escolaridade que foi perdida e ir em direção a um ensino de qualidade e que o estudante tenha o direito de aprender uma profissão e assim possa ter mais oportunidades de ter uma condição melhor de vida.

Os autores citados anteriormente destacam MARX, na questão de educação e políticas públicas em visão dos enfrentamentos de questões sociais, em especial na educação profissional e tecnológica. Eles falam que as concepções sobre a educação profissional e tecnológica não são consensuais e nem os entendimentos entre o governo e os estudiosos que realizaram uma pesquisa desse tema.

Rêses e Silva (2017) criticam que a educação profissional no Brasil, é dissimulada no papel de educação profissional, pois é feita junto com as camadas populares de ensino, colocando assim como uma discussão entre pessoas de classes médias e classes abastadas, dizendo a quem deve servir esta modalidade educacional. As autoras falam em uma tradição de uma das linhas de educação profissional, que seria a de trabalhar com conceitos de educação politécnica e educação tecnológica, que são defendidos por Marx, agregados também a escola unitária, posteriormente desenvolvida por Gramsci, dando assim, um sentido de uma formação humanista integradora do trabalho, ciência e cultura.

Em seus documentos de base, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica de Jovens e Adultos (PROEJA), evidencia o caráter reparador do programa e reconhece que há uma trajetória de exclusão educacional, nestas populações que procuram retornar para a escola. Ao reconhecer isso, o Proeja se torna uma via de equalização de oportunidades e instrumento de capacitação para o trabalho.

Outro fator que os autores destacam, é a questão das políticas públicas no Brasil, que compreendem um estabelecimento de uma agenda política entre vários atores envolvidos na demanda, formulação e implementação de uma PP. As políticas públicas no Brasil se fundamentam em uma problemática social que deveria ser enfrentada pelo poder público, enquanto indutor de políticas superadoras da premissa inicial.

De acordo com Boneti (*apud* REGES; SILVA, 2017), a Política Pública da Educação Profissional na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), deve homogeneizar uma parcela do público que deve ser atendido, em detrimento de aspectos regionais, sociais, políticos e econômicos que determinaram em seu tempo e modo, a marcante realidade de exclusão de milhões de jovens e adultos.

O Ministério da Educação, sempre lança dados estatísticos, para revisar as políticas públicas da EJA, que muitas vezes ficam restritas apenas à questão do analfabetismo. Esse lançamento de dados é feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e age como se ainda não fosse esclarecedora a ação dos educadores na EJA enquanto processo educativo, social, cultural e econômico, e não de forma quantitativa.

Uma das propostas do Proeja é a de conclusão do curso escolar, integrado a uma formação profissional. Mas essa proposta é antagônica entre os interesses da classe trabalhadora e os interesses do sistema produtivo. Dentro desse contexto temos uma aproximação entre o mundo do trabalho e a formação para o mundo do trabalho, despertando assim, um crescente nos estudos sobre essa relação, conceituando de modo geral, o conceito recorrente de Educação e Trabalho e suas variações. Os estudiosos apontam para a necessidade da formação integral dos jovens e adultos trabalhadores, muito mais que sua instrução e adequação às demandas do mercado de trabalho.

A proposta principal do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) é a de uma maior valorização do trabalhador e uma educação integrada a uma nova escola e a um novo modelo de formação profissional. Percebemos então, que na concepção do Proeja, a aproximação entre essas possibilidades, à medida que a formação profissional e escolar "integrada" no segmento da educação básica em sua etapa final mobiliza novas formas de ensinar e aprender, e tão importante quanto isso, a necessidade de se ter um conceito de cidadania ampla em um segmento estudantil marginal jeito âmbito das políticas públicas de educação.

Se for analisar uma abordagem histórica, ficam evidenciados que o acesso ou a negação do acesso à Educação, estabeleceu divisões sociais que com o grande aumento e a crescente sofisticação dos meios de produção, aprofundou ainda mais, o abismo entre a classe trabalhadora e a classe burguesa. Para Resês, essa realidade está ligada ao fato da não superação da falsa dicotomia entre trabalho e educação.

Durante todo esse processo, a escola ainda é uma das estratégias para uma possível superação das contradições existentes entre os conceitos de educação e trabalho e não sendo uma reprodução desses conceitos. “A articulação entre a educação e o trabalho [...] eleva a conscientização das classes populares, visando sua emancipação" Reses (*apud* RESES;SILVA, 2019, p. 99).

O PROEJA lança a proposta de um percurso formativo coerente com a expectativa do aluno e próxima da realidade em que tanto as instituições quanto os alunos estão imersos. E por conta disso, essa possibilidade apresenta-se como um dos pontos mais frágeis na concepção do programa, pois a preocupação com o emprego e a formação orientada para o exercício de uma função técnica específica, notadamente é a maior preocupação e justificativa para a oferta dos cursos de EJA na percepção dos professores e técnicos inseridos nas discussões de implementação do programa.

Outra questão desafiadora também, é a discussão em torno das políticas públicas em educação, mais especificamente a relação entre educação profissional e a EJA, saindo de sua aparência à essência das intenções e das contradições existentes na sua formulação e implementação. O Estado é muito importante para a superação ou a reprodução das contradições e dos problemas sociais, e nesse contexto às demandas sociais e a necessidade de mudança destas realidades podem e devem pretender ações perenes para de fato intervirem na realidade social, sem dispensar do comprometimento dos educadores e de investigar suas demandas e necessidades de qualificação (RÊSES; SILVA, 2017).

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica (PROEJA), já foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC) desde 2005, sendo sua execução obrigatória nas instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica. O projeto visa uma educação que proporcione ao aluno uma produção de conhecimento, que envolva, trabalho, ciência, técnica tecnologia, humanismo e cultura geral.

A primeira instituição a aderir ao Proeja, foi o Instituto Federal de Goiás (IFG), sendo necessária a elaboração de um plano de curso detalhando as concepções e os princípios, pois essa proposta se mostrava desafiadora para a instituição que até esse momento proporcionava apenas a formação técnica profissional. A entrada dos alunos da EJA, também era um desafio pois a maioria destes, são oriundos da falta de escola adequadas as suas necessidades e realidades ou da ineficácia no processo formativo ofertado.

Para Machado e Oliveira (*apud* MACHADO; MORAIS, 2017), a implantação desse programa, causou um desequilíbrio na lógica dos institutos federais, pois:

Os dois subcampos da educação EJA e EP, além das disputas naturais que são inerentes à sua constituição histórica, terão que superar as tensões e conflitos decorrentes dessa interseção formativa, o que deve resultar em projeto político-pedagógico integrador e em práticas educativas que possam superar diferentes formas de preconceito [...] (MACHADO; OLIVEIRA apud MACHADO; MORAIS, 2017, p. 13-14).

Dentro do plano de curso elaborado pelo IFG, eles trabalham a concepção de EJA, reconhecendo a condição do educando de excluído socialmente, como uma modalidade de educação e como um direito, não como uma educação supletiva e compensatória. Para eles a EJA representa a possibilidade de uma formação diferenciada.

Há um preconceito muito grande com os alunos que fazem a EJA. Muitos acham que são apenas negros e pobres ou que são delinquentes, mas os alunos da EJA são sujeitos que residiram em locais afastados e de difícil acesso às escolas; sujeitos que necessitaram trabalhar desde criança para garantir a sobrevivência; sujeitos que não tiveram a oportunidade de ter uma formação escolar adequada e dentro do tempo. O professor ao trabalhar com esses alunos deve levar em consideração a sua realidade e os motivos que os trouxeram de volta ao ambiente escolar.

Ao início do projeto foi feita uma pesquisa com os cursos de técnicos em alimentação e técnico em cozinha, identificando que a maior parte dos alunos eram mulheres (81.2%), sendo essas em sua maioria, mães. Sobre a faixa etária da sala, os alunos tinham entre 40 e 60 anos, tornando-se assim, uma sala mais para adultos com poucos jovens. Os estudantes dessa turma são trabalhadores (formais e informais), de baixa renda e também são usuários do transporte público, o que muitas vezes os atrapalha a chegar no horário da aula.

Visando que os alunos concluam o curso e não desanimem ou desistam no meio do caminho, são adotadas medidas que os dão apoio e uma delas é uma ajuda de custo para contribuir com o deslocamento dos educandos para o instituto. Por serem de uma classe trabalhadora, há várias dificuldades e obstáculos ao longo do curso, como a superação do cansaço pelo dia de trabalho e a adequação da lógica escolar. Para que haja um baixo índice de evasão, o professor deve repensar sua forma de trabalho e sua metodologia, que serão utilizadas com os alunos para proporcionar um melhor processo formativo, (MACHADO; MORAIS, 2017).

Em outra pesquisa que foi feita com os educandos, o sentido do curso para eles é voltado majoritariamente para a formação profissional (28%), com o objetivo de voltar ao mercado de trabalho ou manter-se nele. Esse é um fator muito importante, pois é através dele e de outros fatores também, que a formação profissional do educador deve perpassar o estímulo inicial e determinar o sentido mais amplo de trabalho ou da formação, dando assim, um significado para o curso.

Alguns fatores que influenciam muito o processo formativo do aluno da EJA são o cansaço, as dificuldades de aprendizado, assiduidade e pontualidade e isso reflete o fato de que há entre esses sujeitos uma culpabilização deles mesmos pelo insucesso escolar. A porcentagem de estudantes que passam por isso e pensam dessa forma é de 75%. Os outros 25%, tiveram uma pequena dificuldade na implantação do Proeja, e também referente às condições de trabalho que os professores têm como: falta de materiais adequados, estágio e aulas práticas, pouca comunicação entre os educandos e os educadores e resistência aos educando entre si também (MACHADO; OLIVEIRA, 2017).

No questionário feito com os egressos, foram avaliadas as dificuldades e os desafios mais estruturais, tendo assim uma taxa de 66% quando os limites estão relacionados a estrutura física, falta de aulas práticas, questões curriculares e disciplinares e a falta de reconhecimento do Proeja no interior do Instituto Federal Goiano (IFG) A implantação desse projeto, fez com os educadores e demais profissionais da educação, quanto os alunos, repensarem sua lógica. Para esses egressos, a formação que aconteceu com eles no ambiente escolar, os fez acreditar que foi algo significativo e esperam que o projeto continue ajudando outros sujeitos. Dessa pesquisa que foi realizada, 33% falam da importância do curso e que deve ser aproveitado ao máximo em aprendizagem e em relações interpessoais. Desses, 20% afirmam a importância de não desistir no meio do caminho e os outros 13% afirmam o quanto é importante dedicar-se a ele.

A gente não pode acomodar porque o mercado de trabalho é cruel e se você não estiver "qualificada" pode não conseguir se manter nele. Por que mesmo você com qualificação irão encontrar uma ou outra barreira para você entrar no mercado de trabalho, mas sem qualificação as chances diminuem muito, (EGRESSA 3 - IFG, 2010).

Em um encontro denominado Diálogo Proeja, foram reveladas as tensões entre os gestores, docentes e discentes do Proeja dentro do IFG, iniciando assim, uma tentativa de repensar o papel que era exercido na formação dos trabalhadores. Os estudantes do Proeja, ainda estão muito ligados à concepção de que voltar a estudar e ter uma profissão é um privilégio, quando na verdade, é um direito de todos. Mas essa concepção está sendo mudada aos poucos e alguns já indicam alguns sentidos de retorno a escola, que vão além da concepção de uma preparação para o mercado de trabalho.

Na hora de realizar a avaliação do sentido da formação recebida, alguns depoimentos dos educandos se distanciam de uma visão de apenas fazer um curso, buscando atuar naquela determinada profissão. Eles também afirmam que esse projeto teve fundamental importância para o resgate da sua autoestima, de seus valores e de valores que podem ser evidenciados em um processo de escolarização.

Outro destaque dos egressos é o de que a experiência da formação integrada os preparou para outros desafios, como o acesso ao nível superior de ensino. A família tem papel fundamental, no apoio ao retorno à escolarização desses alunos, principalmente mulheres adultas, após serem mães, podem considerar a volta a escola como possibilidade e como realidade concreta.

O Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) da Universidade Estadual do Espírito Santo (UFES) pensa a pesquisa em sua interseção com o ensino e a extensão, indo muito além do modo de pesquisar. O programa vai a campo para coletar os dados, observar e analisar as práticas da produção de conhecimento que se dá dentro dos processos que se quer fazer a análise. Ao realizar a pesquisa, as quatro pesquisadoras estão olhando três espaços formativos distintos de uma escola exclusivamente de EJA. Elas compartilharam a docência com as educadoras da escola, não só com dimensão de elaboração para problemas de pesquisa, mas como dimensão de respectivos processos, sempre inacabados, de formação de alfabetização de EJA. A maior parte do público desses espaços formativos são mulheres idosas.

Os autores citam a ideia de Paulo Freire, e sua noção ampliada de alfabetização: a educação dialógica, a escrita de si e do mundo e a leitura da palavra mundo. Outro fator que é importante para a pesquisa é a questão da autonomia que é necessária para a aprendizagem da leitura e da escrita. Durante o processo de desenvolvimento dessa autonomia é necessário abrir-se para o risco e a insegurança, que são de suma importância para a configuração de práticas de leitura e escrita efetivamente autônomas. O processo de alfabetização dessas senhoras com mais idade, deve ser um processo alfabetizador não mecânico e sim, um vetor que amplia um horizonte de saberes que essas mulheres já possuem em toda a sua experiência de vida.

Para Freire e Ferreiro (2000), deve-se alfabetizar um aluno, partindo de uma perspectiva de que desconstruir não é destruir, e sim uma forma de diferenciar. É como se fosse uma abertura e um acolhimento do que já aconteceu na vida desses alunos e o professor deve deixar o aluno levar isso para dentro da sala de aula.

Derrida (2013) traz que ao reiterarmos as premissas dos pensamentos que antecederam a vida desse aluno, esses mesmos pensamentos, nos mostram brechas e podemos usar isso a nosso favor, para que o aluno mova-se para sua própria reconfiguração e um novo pensamento acerca disso. Pensando a problemática do analfabetismo numa perspectiva histórica, podemos situá-la em um campo de elaboração de uma grande promessa da modernidade ocidental: a formação de uma humanidade letrada, em que os sujeitos não apenas se apropriariam do acervo da cultura escrita, mas possuíssem também meios de linguagem racional e de valores humanos universais, para que sejam inseridos de maneira correta nos espaços produzidos pela democracia moderna.

Um dos grandes horizontes de uma democracia letrada universalmente foi a configuração de um sujeito adulto culto e autônomo, que teria um contraponto com um sujeito analfabeto. Para essa democracia letrada universalmente a pessoa supostamente analfabeta, iria precisar de certa atenção tanto na sua dimensão de conhecimento, quanto da sua vida pessoal e social.

Freire (2000) aponta duas dimensões distintas em seu modo de pensar a alfabetização e as duas estão presentes no processo de alfabetização. A primeira dimensão aborda é a transformação subjetiva de cada sujeito, que se dá pela superação de uma forma de ver o mundo permeado pela crença, para uma forma com fortes componentes de conhecimento lógico. Freire fala que nessa dimensão há uma promoção do senso comum que leva para a curiosidade de conhecimento e também há uma promoção da consciência mágica que leva para a consciência critica. No ponto de vista do educador, isso deve significar que o aluno deve superar o místico e o mágico e caminhar em direção a um saber filosófico e científico do mundo.

A segunda dimensão referente à alfabetização é a dimensão ética com efeitos estéticos. Essa se diferencia da primeira e nos permite perceber certa temática no diálogo de Freire, onde ele não fala de um sujeito e de um processo de ensino aprendizagem pré-elaborados, mas sim de um processo subjetivo aos saberes elaborados por outro que produz separadamente. O sentido ético e estético do pensamento de Freire se sobrepõe ao epistemológico que o educador irá se envolver em situações que expressão toda sua forma de pensar em relação ao outro.

Freire (2005) defende a ideia de que no processo de alfabetização, a escrita de si e do mundo, ou a leitura da palavra mundo, se dá através do diálogo entre o educador e o educando, ocorrendo uma medição através do mundo.

Não é apenas ler e escrever; é apropriar-se de um conhecimento básico em todos os níveis da vida, que o ser humano possa progressivamente ter condições de responder às perguntas essenciais que nosso corpo, nossa existência cotidiana nos colocam, (FREIRE, 1985, p. 90).

Ferreiro e Teberosky (1999) se apoiam na teoria de Piaget e propõem outro olhar no campo da alfabetização: a melhor forma para se ensinar o processo de aquisição da escrita, ou como os sujeitos aprendem. Elas têm uma grande preocupação referente às questões sociais e da cultura escolar que fazem parte da vida desses estudantes, que geralmente são de segmentos populares. As autoras destacam também a questão do fracasso escolar desses sujeitos e que se deve dar uma luz aos processos de aprendizagem da escrita, que vai além do esperado pela instituição.

Ferreiro (1983) indaga sobre o processo de alfabetização de adultos e junto com sua equipe elaborou um texto problematizando as noções grosseiras em relação a pessoas adultas não escolarizadas. Ferreiro também aborda sobre novos dispositivos de escrita na contemporaneidade que modifica o processo de aprendizagem da escrita. Para ela a alfabetização é um processo contínuo e ininterrupto, em que todos nós estamos envolvidos.

Esse processo de alfabetização possui duas dimensões: a primeira ligada a apreensão do sistema alfabético de nossa escrita, algo que algumas crianças, jovens e adultos ainda não aprenderam e a segunda dimensão está ligada as culturas de escrita, que se referem aos usos sociais e as comunidades de entendimento, expressão e comunicação.

Ferreiro (1999) delimita uma dimensão cognitiva no processo do escrito e uma dimensão inventiva nos usos das reconfigurações dos escritos mais inusitados. Ela também fala sobre uma interface entre o direito à educação escolar e da alfabetização inicial de apreensão do sistema alfabético de escrita (cognição) e a criação, com os usos reiterados da escrita, principalmente os extraescolares (cognição). Ferreiro (2007, p. 222) “afirma que o sujeito recria o sistema para poder apreendê-lo”.

O Proeja enquanto uma ação política de inclusão para jovens e adultos trabalhadores, ainda esbarra em desafios políticos epistemológicos e pedagógicos para sua efetivação e sua expansão na R ede Federal. Um dos desafios apontados é a falta de formação pedagógica e consequentemente, a prática educativa dos educadores. Muitos dos profissionais que atuam nessa área entram sem uma formação pedagógica e adequada e somando aos outros já efetivados no sistema, torna a situação preocupante.

Outra coisa também presente na rotina do cotidiano escolar no Instituto é que a experiência e a vivência profissional desses docentes, na sua área de formação técnica, contribuem para uma prática em sala de aula focada em aspectos restritos à formação técnica, decolada, muitas vezes do sentido amplo da dimensão do aprender e do ensinar, conforme preconiza Freire (2005).

Para que haja um bom aproveitamento e rendimento do aluno, o educador tem o papel crucial de sensibilizar os discentes por meio das relações que estabelece entre o conhecimento historicamente produzido e os conhecimentos trazidos das vivências destes, para que seus saberes e suas experiências façam sentido nos processos de aprendizagens. Sob essa perspectiva, o papel da educação é importante na construção da autonomia dos indivíduos e de sua inclusão em condições sociais e econômicas mais elevadas, com o propósito de viabilizar projetos adequados à diversidade das suas culturas e de seus modos de vida.

Ferreira *et al* (1990), pontuam que a sistematização de experiência possibilitará a implementação de uma epistemologia que proporciona a prática de uma metodologia do trabalho popular e, com isso, provoca a recriação do método, no sentido da articulação entre teoria e prática, em razão de estar enraizado na práxis humana, permitindo o diálogo freireano e as rupturas indispensáveis à qualificação das práticas pedagógicas, o que possibilita o avanço da criticidade e da autonomia dos sujeitos envolvidos.

No processo de produção de conhecimento da realidade, o que é fundamental é a critica e o conhecimento crítico para uma prática que possa alterar e transformar “a realidade no plano do conhecimento e no plano histórico social” (FRIGOTTO, 2008, p. 81). O educador deve considerar o contexto escolar e pessoal do aluno em sua singularidade nas relações que são produzidas entre e pelos sujeitos, para que possam compreender suas particularidades, sem perder de vista a totalidade que vem constituindo a sua práxis pedagógica.

Na prática pedagógica estão presentes a concepção e a ação que buscam transformar a realidade, para promover a unidade entre a prática e a teoria. A prática e a reflexão sobre a prática integram o pensar e o fazer num movimento contínuo de construção, como parte da experiência vivida pelos sujeitos. A prática pedagógica, dessa forma, não só expressa o saber docente conforme nos ensina Freire (2005).

# CAPÍTULO 2 - UMA VISÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E O CENARIO ATUAL

A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n° 9.394/1996 e até aquele momento da história da educação brasileira existia apenas a referência da educação de adultos e da educação popular. Paulo Freire concebeu a Educação de Adultos vinculada “à questão da alfabetização numa perspectiva emancipatória, uma vez que compreende a alfabetização para além de uma aprendizagem mecânica da técnica de codificação e decodificação, mas como leitura de mundo”.

Nas décadas de 1920 e 1930, houve alguns avanços significativos na Educação de Jovens e Adultos. Apesar do contexto socioeconômico do país naquela época, que era tinha uma economia predominantemente agrícola, algumas medidas foram adotadas como base para futuras políticas públicas na área da EJA. Nesse mesmo cenário, a urbanização ganhou força e cresceu uma economia que tinha como objetivo a industrialização, e com isso, houve a necessidade de haver uma mão de obra trabalhadora, que eram recrutados entre a população pobre e que tinha baixa ou nenhuma escolarização, mas que estava disposto a trabalhar. E foi nesse contexto que o analfabetismo no Brasil, principalmente de jovens e adultos, se constituiu e aumentou ainda mais.

Para que houvesse uma queda nesse número, a União convocou as lideranças educacionais do país em uma Conferência Interestadual, que tinha como principal objetivo pensar em propostas de alfabetização para a população adulta. Uma das soluções dessa Conferência foi a criação de salas de aulas noturnas, onde os adultos poderiam trabalhar durante o dia e estudar a noite, chamando assim de Supletivo, tendo como objetivo a alfabetização desses alunos no período de um ano. Nos anos de 1930 houve a criação da Constituição de 1934 e com ela, uma atenção para o campo da educação, principalmente com a criação do Plano Nacional de Educação (PNE). Nessa constituição, todos tinham direito a educação e os adultos também tinham o direito de fazer os primeiros anos escolares de forma gratuita.

A partir dos anos 1940 a Educação de Jovens e Adultos, foi configurada como política pública educacional, onde houve alguns programas governamentais, que contribuíram para estruturar essa modalidade de ensino, sendo alguns deles: o Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1942; o Serviço de Educação de Adultos e a Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947 e a Campanha de Educação Rural, em 1952. Em 1958, surgiu a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, com o maior objetivo de alfabetizar adultos que faziam parte, da parte popular e menos favorecida da sociedade. Com essa iniciativa seu ideal era uma política permanente de educação, e ter uma nova perspectiva para a implementação do ensino fundamental e médio.

Durante a época da Ditadura Militar, houve muitos setores que foram afetados, incluindo a educação, com maiores danos na Educação de Jovens e Adultos, principalmente nos projetos e programas de ensino que seguiam o método de Paulo Freire, o qual se dedicava á educação emancipatória das classes populares da sociedade. Vendo isso, o estado viu o grande perigo que representava essas práticas educativas, unida aos movimentos sociais que aconteceram na época, como uma grande ameaça a ideologia hegemônica que ele queria ter, fazendo assim uma proposta de negação a educação de jovens e adultos, junto as camadas populares da sociedade.

No período da ditadura, o educador Paulo Freire foi perseguido e acusado de ir contra as ideias e anarquias do regime político da época. De acordo com as acusações suas ideias levavam o educando a uma conscientização sobre a realidade em que estava inserido, fazendo assim com que ele desenvolvesse um pensamento critico e reflexivo acerca do que estava vivendo. Haddad e Di Pierro mostram o que representou esse período de ditadura no Brasil para a educação de Jovens e Adultos:

O Golpe Militar de 1964 produziu uma ruptura política em função da qual os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos, seus dirigentes, perseguidos, seus ideais, censurados. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado, seus dirigentes, presos e os materiais apreendidos. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 113).

Com a interrupção repentina dos programas de alfabetização de jovens e adultos, a taxa de analfabetismo entre a população da época, chegou a 40% de brasileiros que não sabiam nem assinar o nome, isso entre os anos de 1965 e 1967. Essa quantidade de pessoas analfabetas nessa época deixou o país em um grande problema que acabava por parar, o objetivo econômico do país. Sem escolarização eles não tinham como eles não tinham mão de obra o suficiente para o mercado de trabalho que estava a todo vapor. Vendo essa situação, o governo então decidiu que deveria erradicar com o analfabetismo, criando assim o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que foi realizado em 1967, no governo de Costa e Silva, mas tendo consolidação apenas em 1969, no governo Médici.

O Mobral foi apenas uma instrução escolar, pois os alunos que participaram dele sabiam apenas decodificar letras e números, sem um comprometimento real com a aprendizagem dos alunos. Acerca do Mobral, Coutinho diz:

Tal movimento deixou marcas que percebemos nos dias atuais, já que criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome, e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem. (COUTINHO, 2005, p. 13).

Os resultados do Mobral não foram muito positivos para seus alunos. De 40 milhões de pessoas que frequentaram as aulas, apenas 15 milhões pegaram seu diploma, tendo assim uma redução de 2,7% no índice de analfabetismo. Para as pessoas que pegaram o seu diploma, continuaram servindo de mão de obra pouco qualificada, a maior parte vinda da classe popular. A única diferença que ocorreu com a criação do Mobral, era que agora, os recém-alfabetizados poderiam fazer parte do mercado de trabalho formal. Em 1985, o Mobral foi extinto pelo presidente José Sarney, mas muitas de suas ideologias ainda permaneceram até meados dos anos 1990, por conta da criação da Fundação Educar, instituição que substituiu o Mobral. Quando Fernando Collor de Melo foi eleito presidente da república, ele acabou de vez com a Fundação Escolar.

Nos anos 1990, após a promulgação da constituição de 1988, a expectativa das pessoas era a de que houvesse uma redemocratização no cenário político brasileiro. Após o fim da Ditadura Militar, os movimentos e grupos ideológicos que haviam sido calados durante o período ressurgiram novamente, sendo liderados e organizados pela população. Nesse período a trajetória da EJA vinha sendo marcada por um grande histórico de negação pelas políticas públicas concretas. No novo plano educacional, a prioridade do governo era alfabetizar crianças entre 7 e 14 anos, causando assim pouco avanço das iniciativas para erradicar o analfabetismo entre jovens e adultos. Baseadas em pesquisas realizadas pelo (IBGE) naquela época mostraram que em 1991, 20,1% da população com mais de 15 anos era analfabeta.

Buscando diminuir esses índices o governo lançou nos anos 1990, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, o PNAC. O objetivo desse programa era reduzir em 70% o analfabetismo do país, dentre eles crianças, jovens e adultos, dentro de 5 anos, porém por falta de investimento o programa não conseguiu chegar a dois anos. Em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso houve a alteração de do artigo 208 da Constituição Brasileira, que garantiria a gratuidade e a obrigatoriedade na oferta do Ensino Fundamental, para aqueles que não tiveram a chance de concluir seus estudos na idade certa.

Ao não ser obrigatório o Ensino Fundamental para jovens e adultos, tornou-se facultativo também o repasse de verbas públicas que poderiam ser destinadas a aprendizagem desses alunos, acabando por extinguir alguns movimentos sociais que defendiam a causa. Uma das consequências desse retrocesso foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), excluindo assim o orçamento que seria para a educação primária de jovens e adultos. Isso causou uma drástica redução na oferta de vagas naquela época. Na época em que foi criada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no dia 20 de dezembro de 1996, não houve grande inovação para essa modalidade de ensino, sendo resumido em dois artigos:

Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Art. 38º. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, LDB, 1996).

Apesar de tudo, a LDB 9394/96 teve grande importância para o segmento da educação, principalmente, por oficializar o ensino como uma modalidade de ensino da Educação Básica, ganhando a nomenclatura EJA nos documentos oficiais do país. Ao fazer isso, ocorreu a inclusão da EJA nos programas governamentais.

Em julho de 1997, ocorreu a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFITEA), realizada pela UNESCO na cidade de Hamburgo, na Alemanha. Seu principal objetivo era universalizar e normalizar os propósitos constituintes da educação de jovens e adultos. Desse encontro houve a promoção e ampliação do conceito de educação de jovens e adultos, que além de ser uma modalidade de estudo, era uma educação necessária para toda a vida, reforçando a importância de continuar seus estudos. Outra novidade que ocorreu dessa reunião foi a formação do aluno adulto, para mais além da aprendizagem mecânica, que seria apenas decodificar letras e números. Nessa nova formação o aluno teria um ensino que o desenvolvesse em torno da cidadania e estimulação a participação social dele para com a sociedade.

Em maio de 2000, tentando recuperar a realidade da educação de jovens e adultos do Brasil, um grande passo foi dado no campo da EJA. A Câmara de Educação Básica (CEB) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovaram o Parecer CNE/CEB 11/2000. De significativa relevância, trata das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EJA – até a presente data, é o documento oficial que rege as ações educativas nessa modalidade de ensino. O Parecer 11/2000 é um trabalho mais integrado que levou em consideração em sua elaboração, a legislação educacional vigente para o segmento, a visão crítica de especialistas do campo da EJA e também a contribuição da comunidade escolar relacionada aos processos de ensino-aprendizagem que se desenvolvem na educação de adultos.

Também no mesmo ano, teve a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que aderiu a todos os níveis de ensino da Educação Básica. Tal plano tinha o intuito de resolver no país algumas pendências educacionais que comprometiam o pleno desenvolvimento da educação brasileira. Uma delas é a fragilidade que existe no campo da EJA, principalmente pela alta taxa de analfabetismo no Brasil. Essa causa foi inclusa na seção “Objetivos e Prioridades” do documento PNE, que destacava:

Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres. (BRASIL, PNE, 2000, p. 8).

O capítulo do PNE dedicado a EJA é composto por 26 metas. Dentre elas, há o destaque de: erradicar o analfabetismo no Brasil, sendo canalizado tamanho esforço nos primeiros cinco anos do Plano para esse fim. Colocado em prática em 9 de janeiro de 2001, por meio da Lei nº 10.172, o PNE foi pensado como uma medida a ser desenvolvida a longo prazo, em exatos dez anos. Entre os anos de 2001 e 2008, a taxa de analfabetismo diminuiu apenas 2,4%. Nesse mesmo período, o número de alunos jovens e adultos que neles se matricularam não demonstrou um grande aumento. Na verdade, os gráficos nos mostram que a partir de 2005 houve uma queda contínua das matrículas em programas de alfabetização, contrariando as expectativas de um Plano que visava acabar com analfabetismo.

A VI CONFINTEA, organizada pela UNESCO foi realizada pela primeira vez no Brasil, em Belém (PA), foi um encontro destinado somente à educação de adulto. Durante essa conferência, foram chamadas as lideranças educacionais de todos os estados brasileiros a fim de promover maior unidade no tocante às ações educacionais para o segmento da EJA. A temática geral da CONAE foi a questão de administração e distribuição de recursos financeiros destinados para todos os níveis de educação. Ao abordar essa questão, mesmo que de forma genérica, abrangeu todos os níveis de ensino, entrando assim a EJA, que apesar de ser reconhecida pelo FUNDEB, não recebia um grande investimento quanto as outras modalidades.

As duas conferências que foram realizadas, tiveram alta importância para inspirar a criação de um novo e atual PNE (2001-2020), aprovado pelo Projeto de Lei nº 8035/2010. Nesse novo plano, a EJA, em linhas gerais, estabelece como prioridade a erradicação do analfabetismo, estipula como meta aumentar o nível de escolaridade das pessoas adultas, sobretudo na faixa de 18 a 24 anos e destaca a necessidade de acrescentar a qualificação profissional à formação escolar do aluno jovem e adulto. Em uma pesquisa realizada pelo IBGE/PNAD 201210, revelou um índice de analfabetismo de 8,7% entre pessoas com 15 anos ou mais, o que corresponde a basicamente 13,2 milhões de jovens e adultos da nossa sociedade em pleno século XXI.

Prevendo a queda no índice de educação de jovens e adultos, levando em consideração a mudança no cenário educacional, houveram alguns projetos em vigência destinada a pessoas jovens adultos e idosas. No campo da alfabetização de adultos, destacam-se dois: O Programa Alfabetização Solidária (Alfa Sol) e o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Ambos os programas encontram-se ativos até os dias de hoje.

No cenário atual a EJA está sendo ofertada em maior frequência nas escolas públicas estaduais e municipais do país. Em um dos programas de incentivo aos estudos da Educação Básica, conforme dito na CONAE (2010), destaca-se aquele que se propõe a oferecer uma formação profissionalizante a esse alunado: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), oficializado pelo Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006, ainda no primeiro mandato do presidente Lula.

A educação de Jovens e Adultos sempre esteve relacionada com o problema do analfabetismo e é considerada uma forma para acabar com isso. Ao longo dos anos, o conceito e a interpretação sobre o que era a educação de jovens e adultos, passaram por mudanças. Nós tratamos o tema da EJA sob o olhar da legislação atual no Brasil, porém deve-se ressaltar que a EJA não se reduz apenas a escolarização. A sua história abarca a luta pelo direito de acesso, permanência e conclusão da escolarização com qualidade, junto com outras lutas: pelos direitos à saúde, ao trabalho, à moradia digna, à igualdade de gênero, ao respeito às diversidades, dentre outras lutas, que a configuram como educação ao longo de toda a vida e pela construção de uma sociedade que, de fato, seja espaço de vivência e convivência de todos.

As políticas oficiais de educação de adultos deixaram marcas muito significativas no imaginário da população, que até hoje ainda podem ser identificadas, sobretudo com um tratamento pejorativo, chamado “mobral” ou “supletivo” às pessoas que tem um pouco de conhecimento sobre qualquer coisa. Existe um outro grande preconceito contra alunos que fazem a EJA, onde muitas pessoas acham que apenas negros, pobres ou criminosos, é o seu maior público, mas os alunos da EJA são educados, moram em áreas remotas e têm dificuldade de frequentar a escola. A maioria desses alunos precisa trabalhar desde tenra idade para garantir a sobrevivência e muitos não têm chance de receber educação escolar adequada a tempo.

O principal objetivo do “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional e da Educação Básica no Modelo Nacional de Educação de Jovens e Adultos” é valorizar mais os trabalhadores e proporcionar uma educação integral para novas escolas e novos modelos de formação profissional. Percebemos então que no entendimento do Proeja, à medida que as formas profissional e escolar da etapa da educação básica são “integradas” à etapa final, a semelhança entre essas possibilidades mobiliza novos métodos de ensino.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com esse tema foi enriquecedor para a minha formação como profissional da educação, principalmente um tema que deve ser abordado com mais frequência. Ao realizar o trabalho, eu busquei todo o processo da EJA no Brasil e quais foram às medidas adotadas para que ela fosse reconhecida como uma modalidade de ensino. Houve muitos empecilhos acerca da adoção da EJA como modalidade escolar, porém depois de muita luta as pessoas que não puderam concluir seus anos escolares no tempo normal, finalmente tiveram a chance de concluir mais uma etapa.

Ao abordar esse tema para realizar a minha monografia, consegui ver a importância da EJA para os dias atuais e quais são os problemas que esse tipo de ensino enfrenta na sociedade em que vivemos. A visão da EJA é muito limitada para a maioria das pessoas que apenas a enxergam como uma continuação dos estudos para pessoas problemáticas ou pessoas que não quiseram concluir os estudos no tempo normal, mas quando você se aprofunda no assunto, você descobre que não é apenas esse tipo de pessoa que você encontra lá. Na EJA existem muitos alunos que passam por muitos problemas no dia a dia, tanto pessoais quanto psicológicos e mesmo assim ainda encontram motivação para estudar e terem a visão de um futuro melhor.

O motivo principal que me levou a escolher esse tema foi por conta do meu avô, que com 75 anos não conseguia ler e nem escrever e para que eu fizesse esse curso, minha mãe me disse que só me ajudaria com as mensalidades se eu ensinasse meu avô a escrever o nome dele e a conhecer as letras do alfabeto. No começo eu achei que não conseguiria, mas quando meu avô conseguiu escrever o próprio nome, sem minha ajuda, foi um dos melhores momentos que eu já tive em minha vida e por conta dele eu já sabia desde o começo do curso que esse seria o tema do meu TCC e que trabalhar na alfabetização de Jovens e Adultos, é algo que eu tenho como sonho.

Ao concluir minha monografia eu percebi que o processo de alfabetização de jovens e adultos, está ligado a forma como ele está inserido na sociedade e de acordo com a realidade a qual ele pertence. O educador ao saber disso, pode e deve usar isso ao seu favor para que o aluno tenha um melhor rendimento escolar e consiga aprender mais.

A formação dos professores da EJA também é outro aspecto que deve ser levado em consideração, pois com uma boa formação e com os recursos necessários para as aulas, o professor é capaz de transmitir para seu aluno o essencial para que ele consiga ter um saber físico e cientifico do mundo, além de ajuda em sua autoconsciência e ter uma visão crítica do mundo em que vive.

Reforçando todo esse processo que os alunos da EJA devem ter, os autores estudados por mim, citam muito Paulo Freire e usam de suas ideias, como uma base para as melhorias necessárias no ambiente da educação. A partir do que foi pesquisado e apesentado por mim nessa monografia, descobri a importância da atuação e da boa formação de um profissional nessa área que ainda tem muito preconceito sobre ela.

Os alunos da EJA, em sua maioria, se não todos, sofrem diversos tipo de preconceitos e dificuldades para estudar, o que torna

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto n° 5.840, de 13 de julho de 2006*. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2006.

**\_\_\_\_\_\_**. *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adult***os** – PROEJA. Documento Base. Brasília: MEC, ago., 2007.

\_\_\_\_\_\_. Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Integração Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 1, 27 out., 2011). Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 02 dez. 2015.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FERREIRO, Emília. *Los adultos no-alfabetizados y sus conceptualizaciones del sistema de escritura,* n° 10. México, DF: Departamento de Investigações Educativas, Centro de Investigação e Estudos Avançados do IPN, abril, 1983.

\_\_\_\_\_\_. *O ingresso na escrita e nas culturas do escrito*: seleção de textos de pesquisa.São Paulo: Cortez, 2013.

**\_\_\_\_\_\_**.; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade.* São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MACHADO, Maria Margarida; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). *A formação integrada do trabalhador: desafios de um campo de construção.* São Paulo: Xamã. (2010)

RÊSES, Erlando da Silva. Análise da inclusão do eixo trabalho nas políticas públicas de educação: avanços e desafios. In: CUNHA, Célio da; SOUZA, José Vieira de; SILVA, Maria Abadia da (Orgs.). *Avaliação de políticas públicas de educação*. Brasília: Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, Liber Livros, 2012.

RÊSES, E. S. et al. *Educação de jovens e adultos trabalhadores*: políticas e experiências da integração á educação profissional. Campinas: Mercado de Letras, 2017. (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador).

VIEGAS, Ana Cristina Coutinho; MORAES, Maria Cecília Sousa de. Um convite ao retorno: relevâncias no histórico da EJA no Brasil. *RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 12, n. 1, p. 456-478, 2017.

1. \* Aluna do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. [↑](#footnote-ref-1)
2. \*\* Professor da PUC Goiás, Mestre e Doutor em Educação. antonio.evaldo@uol.com.br. [↑](#footnote-ref-2)